

Redes sociais, pobreza e acesso ao mercado de trabalho: qual sistema de intermediação de trabalho alcança a população pobre?

Social networks, poverty and access to the labor market: what system of intermediation of the job reaches the poor population?

Cláudia Tirelli

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2325-5260>

Marco André Cadoná

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2325-5260>

Silvia Virgínia Coutinho Areosa

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7308-0724>

Resumo: O artigo apresenta uma análise das estratégias de intermediação de trabalho que são mobilizadas por populações pobres quando procuram uma ocupação. Tomando como referência empírica as trajetórias ocupacionais de pessoas beneficiadas no Programa Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), indica-se que a dimensão da intermediação de trabalho precisa ser considerada na análise da situação (precária) das populações pobres nos mercados de trabalho. Nesse sentido, o artigo aponta a importância das relações pessoais, familiares e comunitárias nas estratégias de inserção e de permanência das populações pobres nos mercados de trabalho. Por outro lado, destaca as implicações decorrentes dos limites de atuação do sistema público de proteção ao trabalho e, em decorrência, da violação ao direito de ter acesso a formas públicas de intermediação ocupacional.

Palavras-chave: Populações pobres. Mercado de trabalho. Redes sociais. Intermediação ocupacional. Trabalho precário.

Abstract: The article presents an analysis of the work intermediation strategies that are mobilized by poor populations when looking for an occupation. Taking as an empirical reference the occupational trajectories of people benefited from the My House, My Life Program in the city of Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), it is indicated that the dimension of work intermediation needs to be considered in the analysis of the situation (precarious situation) of poor populations in labor markets. In this sense, the article points out the importance of personal, family and community relationships in the insertion and permanence strategies of poor populations in the labor markets. On the other hand, it highlights the implications arising from the limits of action of the public labor protection

system and, as a result, of the violation of the right to have access to public forms of occupational intermediation.

Keywords: Poor populations. Labor market. Social networks. Occupational intermediation. Precarious work.

Introdução

Neste artigo pretendemos analisar as estratégias de intermediação de trabalho que são mobilizadas por populações pobres. Tomando como referência empírica as trajetórias de inserção e de permanência no mercado de trabalho de trabalhadores que foram beneficiados no Programa Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), procuramos indicar que a dimensão da intermediação de oportunidades de trabalho precisa ser considerada na análise da situação (precária) das populações pobres nos mercados de trabalho. Num contexto de distanciamento do sistema público de intermediação de empregos em relação às realidades vivenciadas por trabalhadores pobres, a necessidade de recorrer a intermediadores privados ou constituídos a partir de relações pessoais dificulta o encontro de ocupações que não sejam precárias e, inclusive, estigmatizadas nos mercados de trabalho.

Os dados considerados para a análise foram levantados através de uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2019 e início de 2000, com trabalhadores residentes em bairros periféricos da cidade de Santa Cruz do Sul. A pesquisa realizada compreendeu dois momentos. No primeiro, cento e oito trabalhadores responderam um formulário de pesquisa que foi estruturado (com perguntas abertas e fechadas) a partir dos seguintes eixos temáticos: - o perfil socioeconômico dos trabalhadores/trabalhadoras pesquisados/as; - as trajetórias de inserção em mercados de trabalho; - as redes sociais nas dinâmicas de inserção e de permanência nos mercados de trabalho. No segundo momento, já considerando os dados levantados através da aplicação do formulário, foram realizadas sete entrevistas com trabalhadores residentes em conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa, Minha Vida, a partir de um roteiro de entrevistas que contemplou: - a trajetória de deslocamento familiar (entre diferentes cidades e/ou entre diferentes locais de moradia no município de Santa Cruz do Sul); - a trajetória de inserção e de permanência nos mercados de trabalho; - a importância das redes sociais na inserção e na permanência nos mercados de trabalho.

Importante destacar que os resultados do primeiro momento de realização da pesquisa permitiram perceber a complexidade das articulações e das estratégias utilizadas pelas populações pobres para conseguirem uma ocupação, para manterem-se ocupadas e para garantirem a sobrevivência em condições nas quais períodos de ocupação e períodos de desocupação se intercalam nas trajetórias de trabalho. As redes de relacionamento, nessas trajetórias, constituem condições importantes em relação à inserção no mercado de trabalho, às distintas formas de articulação entre os compromissos familiares e de trabalho, à manutenção individual nos períodos de desemprego e ao apoio moral que impulsiona sentimentos de resistência e de insistência em condições precárias de trabalho.

Ainda que diferentes redes sociais são articuladas nessas experiências, o levantamento indicou que as redes de apoio familiar têm uma importância maior, pois é nelas que parcelas significativas de trabalhadores podem contar de modo mais permanente para dar respostas às necessidades e às dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho (AUTORES, 2020).

Nesse sentido, se por um lado os dados levantados através da aplicação dos formulários de pesquisa indicaram a importância de “relações fortes”, que colocam os vínculos sociais estabelecidos com familiares, amigos e vizinhos como estratégia para a inserção e a permanência nos mercados de trabalho, por outro lado também indicaram as dificuldades que as populações pobres enfrentam para a inserção em redes sociais cuja influência nos mercados de trabalho alcança estratégias mais amplas de intermediação de trabalho e de qualificação profissional (AUTORES, 2020).

No presente artigo, então, considerando as entrevistas realizadas, pretendemos ampliar a reflexão sobre as formas de intermediação de oportunidades ocupacionais que são construídas a partir das experiências de inserção e de permanência das populações pobres nos mercados de trabalho. Procuramos, nessa direção, reafirmar a importância das relações pessoais, familiares e comunitárias nas estratégias mobilizadas por essas populações visando a inserção e a permanência nos mercados de trabalho. Mas, principalmente, destacamos as implicações decorrentes das dificuldades vivenciadas por trabalhadores pobres diante dos limites de atuação do sistema público de proteção ao trabalho, em especial em contextos caracterizados por experiências de precarização do trabalho.

O direito ao trabalho: as políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil

Para parcelas significativas das pessoas que vivem do trabalho no Brasil, a situação nos mercados de trabalho está caracterizada por diferentes formas de insegurança que se vinculam a um processo histórico de precarização do trabalho no País. Desemprego, formas inseguras de emprego, ocupações vulneráveis, salários insuficientes para garantir condições de sobrevivência, distanciamento em relação à proteção legal do trabalho são, nesse sentido, algumas das manifestações fenomênicas desse processo histórico de precarização.

Se considerada a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no País desde a década de 1990, não é difícil registrar essa recorrente precarização do trabalho. Ainda que, em alguns períodos, em decorrência dos resultados econômicos positivos (em termos de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto) e/ou de políticas governamentais, os dados animaram perspectivas otimistas quanto à diminuição do desemprego, à maior integração dos trabalhadores nos mercados formais, ao maior alcance das formas legais de proteção ao trabalho.

Durante a década de 1990, as “reformas neoliberais” no capitalismo brasileiro, adotados pelos governos nacionais, se mostraram “solidárias ao desemprego” (POCHMANN, 2001). A revisão nas formas de atuação estatal na economia, a política econômica subordinada aos interesses do capital financeiro, a abertura abrupta da economia (que expôs setores produtivos nacionais à competição internacional, muitas vezes em grande desvantagem), o processo de reestruturação produtiva implementado pelas empresas privadas, a redução dos gastos estatais e a estagnação da economia definem algumas das características de um modelo de desenvolvimento capitalista que provocou desemprego, comprometeu o poder aquisitivo dos salários, impulsionou o aumento da informalidade e fragilizou as formas históricas de representação sociopolítica dos trabalhadores (POCHMANN, 2001).

Durante a década de 2000, em especial a partir do último ano do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), com algumas mudanças na direção das políticas governamentais e contando com uma conjuntura internacional que favoreceu a dinâmica econômica do capitalismo no País, a desestruturação dos mercados de trabalho da década de 1990, ainda que não tenha sido revertida, foi estancada. Se observou, então, um período de crescimento dos empregos formais, além de uma recuperação do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores (DIEESE, 2012). Nessa direção, o desemprego diminuiu em todo o País, podendo essa diminuição ser ilustrada através da dinâmica dos mercados de trabalho das regiões metropolitanas: entre 1999 e 2009 o desemprego diminuiu de 19,3% para 13,8% em São Paulo, de 17,9% para 10,3% em Belo Horizonte, de 22,1% para 15,8% no Distrito Federal, de 22,1% para 19,2% em Recife, de 19% para 11,1 em Porto Alegre, de 27,7% para 19,4% em Salvador (DIEESE, 2012, p. 64).

A tendência de aumento dos empregos formais, de diminuição do desemprego e de recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores teve continuidade no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 – 2014). Ainda que, durante aquele período, a dinâmica da economia brasileira não tenha acompanhado o que ocorreu durante o segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2007 – 2010),¹ se observou uma redução continuada do desemprego, do que resultou, inclusive, uma expectativa governamental quanto a uma situação de “pleno emprego” no País (BALTAR, 2015; MATTOS, LIMA, 2015).

A partir de 2015, no entanto, o baixo crescimento da economia brasileira, agravada pela crise político-institucional que deu sustentação ao processo de Impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e resultou no recrudescimento da perspectiva neoliberal quando seu vice Michel Temer assumiu a Presidência da República, repercutiu negativamente nos mercados de trabalho do País. A partir daquele ano, os empregos formais diminuíram (entre julho de 2015 e setembro 2018 o estoque de empregos formais no País diminuiu de 40,4 milhões para 38,2 milhões, com uma perda de 2.228.848 empregos formais) e o desemprego saltou de 8,6%, em julho de 2015, para 12,3%, em

¹ O crescimento médio do Produto Interno Bruto brasileiro passou dos 4,7%, no período entre 2007 e 2010, para 2,2%, no período entre 2011 e 2014 (BALTAR, 2015).

julho de 2018 (aumento de 8,6 milhões para 12,9 milhões de pessoas desempregadas) (MARTINS, 2018).

É nesse contexto histórico de precarização do trabalho, portanto, que ainda durante a década de 1990, como resultado de pressões políticas de diferentes formas de representação dos trabalhadores e num contexto de democratização, o Estado brasileiro passou a reconhecer a necessidade de um sistema público de emprego, trabalho e renda.

É verdade que, ainda durante o período autoritário (1964 – 1985), algumas políticas de proteção aos desempregados já existiam. Em que pese os países capitalistas centrais já terem seus sistemas públicos de emprego, trabalho e renda desde a segunda metade do século XX, no Brasil as primeiras ações nesse sentido passaram a ser implementadas a partir da década de 1960, com a criação de um Cadastro Permanente de Admissões e Dispensa de Empregados (Lei n. 4.923/65), direcionado a trabalhadores demitidos, sem justa causa ou por ocasião do fechamento da empresa (CARDOSO JR. et. al, 2006); com o surgimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (Lei n. 5.107/66) que, na verdade, foi criado para flexibilizar o processo de demissão dos trabalhadores, até então dificultada pelas pesadas indenizações para os empregadores que demitissem sem justa causa (CARDOSO JR. et. al, 2006, p. 9); com o surgimento do Programa Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), com o objetivo de estimular uma poupança, podendo ser acessada por ocasião de casamentos, aposentadorias, invalidez permanente ou morte dos trabalhadores (CARDOSO JR. et. al, 2006, p. 9).

Em 1975, visando atender às determinações da Convenção n. 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criado o SINE (Serviço Nacional de Emprego) – Decreto n. 76.403/1975 -, tendo como objetivo garantir serviços de intermediação de mão-de-obra, orientação profissional, qualificação profissional e geração de informações sobre os mercados de trabalho no País (GUIMARÃES, CONSONI, BESSA, 2007). Desde o início, por diferentes razões, dentre as quais a fragilidade da fonte de financiamento e o caráter descentralizado de implementação das ações, os resultados alcançados foram incipientes e heterogêneos, consolidando-se apenas os serviços de intermediação de mão-de-obra. A partir da década de 1980, um “período de incertezas e descontinuidades políticas” provocou a desarticulação das ações do SINE, “a queda brusca do número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, a desarticulação das equipes técnicas e a perda de boa parte do conhecimento e experiência adquiridos, tanto na esfera nacional como na estadual” (CARDOSO JR. et. al, 2006, p. 10).

Com o processo de “democratização”, em especial a partir da Constituição de 1988, o SINE assumiu uma nova feição, em decorrência da criação do Programa do Seguro-Desemprego e, em seguida, da instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A partir de então, o SINE ampliou suas funções, ficando responsável por encaminhar os pedidos de benefícios do seguro-desemprego, realizar a intermediação de mão-de-obra, encaminhar os trabalhadores para programas de qualificação profissional ou geração de emprego e renda (MACHADO, NETO, 2011, p. 4).

No início dos anos 1990, numa perspectiva de criação de um sistema público de proteção ao trabalho no País (e em concordância com o que a Constituição de 1988 determinou), a Lei n. 7998, de 11 de janeiro de 1990, regulamentou o Programa do Seguro Desemprego, atribuindo a esse Programa um “tripé básico de políticas de emprego”: - o benefício do seguro-desemprego; - a intermediação de mão-de-obra; - e a qualificação social e profissional dos/as trabalhadores/as (BRASIL, 2021).

Evidentemente e inclusive pelos fins do presente artigo, não há espaço para um detalhamento dessas “políticas de emprego” existentes no País e direcionadas, especialmente, aos trabalhadores desempregados. De qualquer forma, é importante destacar que as políticas de proteção aos desempregados no País (acessadas, em nível local e regional, através da ação das agências do SINE) passaram a ser estruturadas não somente a partir do benefício de seguro-desemprego. Mas, também, através de mecanismos de intermediação de mão-de-obra (através de vagas captadas junto a empregadores) e de programas de qualificação profissional, esses definidos (teoricamente) com a participação não somente do poder público, mas, também, de representação dos empresários e dos trabalhadores (através das Comissões Municipais de Emprego).

Sob o ponto de vista das designações constitucionais e do próprio desenho das políticas públicas, desde os anos 1990, portanto, as ações estatais são orientadas no Brasil a partir do pressuposto de o trabalho e sua proteção são direitos, a serem garantidos para todos os trabalhadores. No entanto, não são as designações constitucionais e os pressupostos que definem as concepções das políticas públicas que fazem a realidade. O que tem se observado na realidade concreta de implementação das políticas de proteção ao trabalho (e, em especial, aos desempregados) são contradições, limitações e violações ao direito ao trabalho e à proteção dos empregos e das pessoas desempregadas. Na bibliografia especializada que acompanha esse processo histórico, inclusive, há concordância de que as políticas de emprego no País, desde os anos 1990, seguem tendências que estão presentes em outras áreas das políticas sociais, dentre as quais três merecem destaque: a) a descentralização das políticas em nível local, do que decorre uma realidade marcada pela heterogeneidade; b) a terceirização ou o aumento da participação não estatal na execução das políticas públicas de emprego e renda (em especial na intermediação de mão-de-obra e na qualificação profissional); c) a focalização das mesmas sobre grupos sociais considerados mais vulneráveis nos mercados de trabalho, sem atingir, necessariamente, a população mais pobre (que, não raras vezes, têm dificuldades de atender às necessidades colocadas para a integração no sistema de proteção) (CARDOSO JR. et. al, 2006). Nesse contexto, inclusive, tende-se a afirmar que:

[...] a questão é que ainda não existem no Brasil políticas públicas de geração de trabalho e renda para segmentos expressivos da população em idade ativa que estejam ou desempregados por longo período (tanto no conceito de desemprego aberto como pelo desalento) ou subempregados em condições precárias (em termos de estabilidade na ocupação, regularidade de rendimentos, contribuição previdenciária [...]). As políticas tradicionais [...] são

pouco eficazes para enfrentar essa situação de heterogeneidade e precariedade do mercado de trabalho nacional (CARDOSO JR. et. al, 2006).

Essas são conclusões que não têm significado apenas para a primeira década do século XXI, pois atualmente a condição histórica não permite conclusões diferentes. A título de ilustração, considere-se uma pesquisa bibliográfica realizada em 2015 por Lima et. al, sobre o sistema de intermediação através do SINE. Considerando artigos, dissertações e teses que foram publicados, desde o início da década de 2000, esses autores destacam que a atuação do SINE está concentrada na oferta de postos de trabalho que estão vinculados a atividades que exigem pouca escolaridade, qualificação e experiência (LIMA et. al, 2015, p. 5). Além disso, as empresas que são ligadas ao sistema tendem a ser empresas do comércio e de serviços, de porte micro e pequeno, que não possuem um setor de recursos humanos ou de gestão de pessoas estruturado (LIMA et. al, 2015, p. 6). O encontro “entre as características das vagas disponibilizadas e os usuários da intermediação de força de trabalho executada pelo SINE” confere às políticas um aspecto focalizado, pois as ações se voltam a ocupações que exigem menos qualificação. Mas, ao mesmo tempo, as ações não alcançam trabalhadores “que não possuem a formação mínima para aderência a um posto de trabalho, condições financeiras para o deslocamento até às agências ou mesmo conhecimento do serviço” (LIMA et. al, 2015, p. 6).

Em relação ao funcionamento do SINE, Lima et. alii atestam que, de acordo com a bibliografia especializada: a) que não há uma relação direta entre os investimentos nas políticas de trabalho, as de educação e de desenvolvimento econômico; b) há desarticulação entre as diversas agências, que se diferenciam entre si, tanto pelos aportes financeiros e humanos e dos tipos de serviços ofertados quanto do comprometimento dos gestores (que são escolhidos a partir de orientações políticas dos diferentes governos); c) há uma desarticulação dos serviços oferecidos por cada agência, pois as ações de intermediação, qualificação e seguro desemprego são realizada separadamente e sem o devido intercruzamento (LIMA et. al, 2015, p. 7). A partir da bibliografia considerada, então, os autores concluem:

[...] o modelo adotado pelo SINE tende a ser caracterizado como anacrônico, em face da atual realidade do mundo e do mercado de trabalho. Justifica essa avaliação a constatação de que a formatação dos SINEs é inspirada as agências públicas de emprego europeias, as quais partem de uma configuração de mercado de trabalho diversa da brasileira – eminentemente, fundada sobre o trabalho formalizado. Por outro lado, no Brasil o mercado de trabalho tem como marca principal a sua histórica desestruturação, forte presença do desemprego estrutural e descompasso entre a geração de empregos e desenvolvimento econômico. Com isso, o SINE possui [...] dificuldades em conseguir seus objetivos, principalmente, com relação à intermediação de força-de-trabalho [...] o modelo de funcionamento do SINE [...] está mais voltado para as demandas das empresas do que, necessariamente, aos trabalhadores (LIMA et. al, 2015, p. 8).

No que diz respeito especificamente à “intermediação da mão-de-obra”, afinal o objeto principal da análise aqui desenvolvida, destaque-se que a informação sobre os mercados de trabalho circula de diferentes formas, não exclusivamente através da

intervenção direta dos aparelhos estatais. Lado a lado à atuação do SINE, por exemplo, os indivíduos recorrem a redes informais e pessoais, que podem ser familiares, com vizinhos, com amigos, mesmo com intermediadores informais de emprego (em muitos locais também chamados de “gatos”). E existem, também, os agentes econômicos especializados que, já a partir dos anos 1990, vêm aumentando a participação num processo que pode ser definido como “criação de um mercado de intermediação de mão-de-obra”, na medida em que essa é, efetivamente, transformada em “negócio” (GUIMARÃES, BESSA, 2007).

Quando se considera a população pobre e suas estratégias de procura de emprego, uma constatação é que, no Brasil, é dentre essa população que se encontra um percentual mais elevado de pessoas dispostas a procurar trabalho (GUIMARÃES, BESSA, 2007). Inclusive por que é a população mais pobre que, mesmo nos períodos em que se observou maior oferta de empregos formais, está mais diretamente vinculada a ocupações vulneráveis, informais, de curta duração, precárias (GUIMARÃES, BESSA, 2007). Evidentemente, dentre a população mais pobre as estratégias informais e pessoais de busca de empregos estão presentes, mas uma constatação que a bibliografia especializada permite fazer é que a população pobre aquela que (também e inclusive nos momentos em que os mercados de trabalho se mostram “mais acolhedores”) mais recorre ao sistema público de intermediação, como fonte de informação e acesso às oportunidades ocupacionais (GUIMARÃES et. al, 2017, p. 94). É a população pobre, portanto, que é a principal beneficiária de uma política pública de intermediação de mão-de-obra, principalmente se pensada essa não somente enquanto o acesso a empregos que empresas privadas disponibilizam; mas, enquanto uma política de qualificação profissional e de construção de estratégias de inserção em ações que visam a criação de trabalho e de renda (GUIMARÃES et. al, 2017). Para a população pobre, portanto, as políticas públicas de intermediação são estratégicas, pois se constituem em mecanismos “cruciais para preencher o hiato entre as políticas de proteção ao trabalhador e de qualificação para o trabalho, por um lado, e a obtenção de emprego, por outro” (GUIMARÃES et. al, 2017, p. 95).

Redes sociofamiliares e acesso a oportunidades de trabalho em populações pobres: uma análise a partir de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Santa Cruz do Sul (RS)

Como indicado na introdução deste artigo, realizamos sete entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras residentes num conjunto residencial que foi construído pelo Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Foram quatro mulheres e três homens, todos residentes no Residencial Viver Bem, existente desde 2015. Como também foi indicado, as entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro estruturado a partir de três eixos temáticos: - a trajetória de deslocamento familiar (entre diferentes cidades e/ou entre diferentes locais de moradia no município de

Santa Cruz do Sul); - a trajetória de inserção e de permanência nos mercados de trabalho; - a importância das redes sociais na inserção e na permanência nos mercados de trabalho.

As pessoas entrevistadas têm situações familiares e de trabalho diferenciadas. Todas adultas, com experiências de constituição familiar diferentes, algumas com filhos, outras já com filhos que não mais residem na mesma residência, uma residindo sozinha. Dois possuíam, no momento da entrevista, emprego formal, um já estava aposentado, uma trabalhava como “safrista” (trabalhador temporário) na indústria fumageira, os demais trabalhavam em atividades informais. Ocupações que, no entanto, não resultavam em renda familiar superior aos três salários mínimos.

As famílias das pessoas entrevistadas têm experiências de deslocamento, algumas na própria cidade de Santa Cruz do Sul, outras vindas de municípios da região, essas quase sempre motivadas pela possibilidade de encontrar um emprego nas indústrias fumageiras. As condições vulneráveis de moradia ou experiências de aluguel explicam o deslocamento para o Residencial Viver Bem, nem sempre avaliado positivamente, na medida em que “tudo é longe”, “existem problemas de transporte”, “sempre tem algum problema com vizinhos”.

Trabalhadores e trabalhadoras com trajetórias de ocupações que compreendem diferentes locais de trabalho, às vezes com carteira assinada, às vezes com empregos mais duradouros, mas de modo geral no mercado informal, em empregos temporários, em experiências descontínuas tanto sob o ponto de vista dos locais de trabalho, das rendas resultantes dos trabalhos, da inserção em comunidades de trabalho. O relato de Rosângela é ilustrativo:

Eu trabalhei muito tempo na lavoura em Herveiras e Boqueirão. Quando me mudei para Santa Cruz do Sul, logo consegui emprego na Universal, onde trabalhei nove anos de carteira assinada. Mas tenho registro só como safrista na carteira. E já nessa época eu trabalhava como faxineira. Foi na empresa que conheci meu esposo, ele também trabalhava como safrista. Agora, ele trabalha como pedreiro numa construtora. Na Universal tinha o período de safra, mais ou menos sete ou oito meses e o restante do ano tinha que arrumar outro serviço. Muitos anos eu e meu esposo, nesse período que não tinha trabalho na empresa, trabalhamos na lavoura, em Boqueirão. Sempre foi difícil, nossas filhas pequenas ficavam na beirada do campo onde a gente colhia. Era muito sofrido, aquilo não era vida. O que eu passei naquela época eu não quero que as minhas filhas passem (Entrevista concedida por Rosângela, moradora no Residencial Viver Bem, Santa Cruz do Sul, RS).

Procurar um emprego e manter-se no mercado de trabalho, para as pessoas entrevistadas, coloca a necessidade de uma rede de apoio, seja para encontrar um emprego, seja para atender determinadas necessidades que decorrem das relações entre família e trabalho (cuidado dos filhos, por exemplo). Nesse sentido, os relatos das pessoas entrevistadas tendem a destacar a importância das redes sociais mais próximas, dos familiares, dos vizinhos, dos “conhecidos”, dos amigos. Viver no Residencial Viver Bem nem sempre foi fácil, pois no começo “não se conhecia muito bem as pessoas”, “tudo era mais longe”, não se sabia “onde tinha creche para as crianças”, inclusive “tinha muito

maconheiro que gritava nas ruas, a gente não podia sair de dentro de casa, era uma bandidagem” (Entrevista concedida por Vale, moradora no Residencial Viver Bem, Santa Cruz do Sul, RS). Mas com o passar do tempo, o “novo” local de moradia foi se tornando mais próximo, as pessoas foram se conhecendo, e muitas coisas mudaram. Os relatos, nesse sentido, indicam a importância dos familiares, dos vizinhos, da comunidade:

Em minha família sempre houve troca de favores e cuidados, desde quando a gente buscava emprego com carteira assinada, fazia bicos. A sogra e o sogro sempre ajudaram no cuidado de nossos filhos. E nós também sempre cuidados sobrinhos, primos, alguém precisa por que vai trabalhar ou por outra coisa. A gente precisa se ajudar né. Aqui em casa mesmo, a gente divide as responsabilidades, cuidar dos filhos, do que tem que fazer em casa, por que se não é assim a gente não consegue trabalhar direito (Entrevista concedida por Marcelo, morador do Residencial Viver Bem, Santa Cruz do Sul, RS).

Nós temos vários amigos que também moram aqui. Eu acho que tem apoio entre os vizinhos, por que sempre que a gente precisa, quando precisa emprestado alguma coisa, até visitas, almoços e jantas a gente faz juntos. [...]. Quando a gente mudou para cá, a gente morava no bairro Beckenkamp, a gente pensava que aqui era mais perigoso, tinha muita gente desconhecida, tudo morando um próximo do outro, as casas muito grudadas. Mas, com o passar do tempo, conforme conversamos com um e com outro, a coisa melhorou muito. (Entrevista concedida por Neusa, moradora do Residencial Viver Bem, Santa Cruz do Sul, RS).

Olha, o pessoal aqui da rua é muito unido, um ajuda o outro. Eu, inclusive, já precisei de ajuda e consegui muito apoio de vizinhos. Meu marido ficou internado no hospital e eu tinha que passar lá no hospital vários dias, sem poder ir para casa. E meus vizinhos cuidaram da casa, uma vizinha vinha abrir a casa, e nunca sumiu nada, nunca me incomodei. Eu também ajudo quando posso, eu não posso me queixar aqui da minha rua (Entrevista concedida por Rosângela, moradora do Residencial Viver Bem, Santa Cruz do Sul, RS).

Pelas condições de deslocamento (inclusive entre diferentes cidades) e pelas experiências descontínuas de trabalho (ocupações informais, trabalhos temporários, trabalho de safrista sem garantia de retorno na próxima safra, demissões em situações de trabalho permanente e com carteira assinada), a procura de trabalho é algo de grande importância para as pessoas entrevistadas. Os relatos das pessoas entrevistadas indicam que “procurar trabalho” faz parte de suas trajetórias nos mercados de trabalho e “ter uma indicação de um amigo”, saber que “alguém está precisando”, conversar com “alguém que trabalha na empresa” são estratégias importantes nessas horas. Mas não somente os familiares, os amigos, os mais próximos que são mobilizados nesses momentos. Dente as sete pessoas entrevistadas, seis delas fizeram referências diretas ao SINE. Marcelo, quando chegou em Santa Cruz do Sul de Porto Alegre, foi juntamente com sua esposa “buscar alguma oportunidade de emprego no SINE”, além de ter entregue “vários currículos nas empresas”. Pedro falou que sempre trabalhou na roça e que quando precisou um emprego na cidade “recorreu ao SINE”. Sônia já buscou “oportunidades de emprego no SINE” e seu filho conseguiu “o primeiro emprego através do Programa Jovem Aprendiz do CIEE”. Aldair disse que sempre “ia no SINE, seguia indicações de amigos e familiares ou ia direto nas empresas pedir emprego”. Rosângela disse que seu esposo já “esteve no SINE”, mas também sempre “deixaram currículo nas empresas que tinham interesse em

trabalhar”. Vale relatou que conseguiu dois empregos, de cozinheira, através do SINE. A senhora Vale, inclusive, relata algo importante:

Eu nem sabia o que era SINE. Um dia estava caminhando pelo centro e avistei uma fila em frente de um prédio. Parei para perguntar do que se tratava e uma pessoa me disse que era para vagas de emprego. Me interessei e fiquei na fila e encontrei uma conhecida que trabalhava no atendimento... no SINE. Quando chegou minha vez, eu cumprimentei a minha conhecida e disse que não sabia como funcionava, mas precisava trabalhar. Foi ela que me orientou para uma vaga de cozinheira, onde eu fui trabalhar alguns anos, mas era sem carteira assinada (Entrevista concedida por Vale, moradora do Residencial Viver Bem, Santa Cruz do Sul, RS).

O relato da senhora Vale indica que a busca de uma ocupação compreende percursos que trabalhadores e trabalhadoras fazem pela cidade. Nesses percursos, contam com diferentes estratégias, mobilizando suas redes pessoais, construídas em seus espaços de sociabilidade, “agentes econômicos informais” (em especial quando se trabalha na agricultura, em que os trabalhadores atuam nas lavouras a partir da mediação de um “contratante”, um “gato”, agenciadores de mão-de-obra para atividades agrícolas na região, em especial nos períodos de “safra do fumo”), e o sistema público de intermediação de empregos, o SINE. Embora esse não seja sempre conhecido, como indicado não somente é uma referência importante, mas, também, um espaço onde as pessoas entrevistadas efetivamente recorreram e, em alguns casos, encontraram algum emprego.

Tem-se, portanto, que são três as principais estratégias utilizadas pelas pessoas entrevistadas nos momentos em que buscam empregos ou, mesmo, algum tipo de qualificação profissional.

A primeira está relacionada às redes pessoais, às relações com familiares, vizinhos, amigos. Indica-se aqui a importância das “relações fortes”, que afirmam os vínculos sociais estabelecidos com as pessoas mais próximas como estratégias não somente nos momentos de inserção, mas também na permanência nos mercados de trabalho. São relações importantes e, quando fortalecidas, são potencializadas suas possibilidades no enfrentamento das dificuldades do dia-a-dia, seja essas vinculadas à vida familiar, seja elas vinculadas ao trabalho. No entanto e por outro lado, recorrer a essas relações expressam condições de vulnerabilidade que vivenciam as populações pobres, seja por que não conseguem acessar junto ao poder público determinadas condições que poderiam aumentar suas oportunidades de trabalho (ter creches próximas, com vagas suficientes, por exemplo), seja por que essas redes nem sempre conseguem acessar estratégias mais amplas de intermediação de empregos e qualificação profissional (ainda que, em alguns casos, a indicação de um amigo, sobre um emprego com carteira assinada numa empresa, pode ser colocar como uma alternativa promissora e desejada).

A segunda estratégia passa pela intermediação de “agentes privados” informais, sejam eles os “gatos” que contratam trabalhadores das periferias para trabalho na agricultura, seja pessoas do próprio bairro ou de bairros próximos que contratam para

fazer alguma atividade, em especial na construção civil. Ainda que percebida essa estratégia como interessante, pois é uma forma de ter uma ocupação nos momentos em que outra ocupação está mais difícil (os períodos em que as indústrias fumageiras, por exemplo, não ocupam os trabalhadores “safristas”), se trata de uma estratégia que compreende ocupações vulneráveis, temporárias, com condições de trabalho precárias (como indicou Rosângela, trabalhar na agricultura “era muito sofrido”), com remunerações baixas.

E a terceira estratégia, então, está relacionada ao sistema público de intermediação que, como indicado, nem sempre é conhecido. Os relatos das pessoas entrevistadas, no entanto, corroboram conclusões de pesquisadores sobre os espaços de atuação do SINE, de modo geral compreendendo atividades que exigem pouca escolaridade e experiência profissional e, conseqüentemente, ocupações que tendem a reproduzir uma condição de insegurança e de vulnerabilidade experienciadas pelos trabalhadores pobres.

De qualquer forma, o sistema público de intermediação de mão-de-obra se coloca como uma possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras acessarem redes sociais mais amplas, nas quais possam criar relações com espaços e grupos sociais capazes de contribuir na melhoria das condições de inserção no mercado de trabalho (oportunidades mais amplas de ocupação, construção de outras formas de ocupação que não estejam somente vinculadas ao trabalho assalariado), mas também no acesso a dinâmicas de qualificação profissional e de inserção em redes públicas de apoio, sejam essas diretamente vinculadas ao trabalho, sejam essas vinculadas a outros direitos sociais (saúde, cuidados dos filhos, educação etc.).

Os relatos das pessoas que participaram da pesquisa permitem dizer que os trabalhadores pobres têm capacidade de agência na relação que estabelecem com o mercado de trabalho. Essa é uma condição que precisa ser considerada e valorizada. Mas isso não pode significar considera-los como agentes exclusivos de sua própria inserção. Políticas públicas e instituições públicas, não somente de intermediação de empregos, mas comprometidas com a afirmação do direito ao trabalho, são necessárias, especialmente para as populações pobres. O acesso a informações sobre alternativas ocupacionais é importante para ampliar as chances de se alcançar uma inserção mais segura no mercado de trabalho. O acesso a programas de qualificação torna-se estratégico para potencializar as condições individuais de inserção no mercado de trabalho, mas, também, para criar alternativas aos trabalhos assalariados que, não raras vezes, colocam as pessoas em condições precárias de trabalho. É importante destacar, nesse sentido, que mesmo “enxergar a porta de entrada” dos mercados de trabalho através de instituições públicas é crucial para trabalhadores pobres, pois quando esse horizonte se coloca somente através das redes informais e pessoais, ou através de intermediadores informais, as possibilidades e condições de entrada e permanência nos mercados de trabalho tendem a ser mais vulneráveis.

Considerações Finais

Analisando-se as formas pelas quais as populações pobres beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Santa Cruz do Sul buscam acessar os mercados de trabalho, pôde-se constatar que as redes sociais de proximidade – formadas por familiares, amigos, vizinhança – constituem uma estratégia muito importante, tanto para a procura de trabalho como para possibilitar a permanência no mercado de trabalho, na medida em que atuam na indicação sobre a ofertas de vagas e no apoio às atividades relacionadas a reprodução da vida (cuidado com os filhos, caronas, etc.). Apesar de imprescindíveis, esses “laços fortes” – produzidos através das redes sociais de proximidade – acabam restringindo as possibilidades de acesso a vagas e oportunidades mais qualificadas e com maior remuneração, reproduzindo a condição de precariedade e de pobreza.

As redes informais de intermediação de mão-de-obra acabam indo no mesmo sentido, embora permitam a obtenção de alguma renda necessária à sobrevivência em momentos de poucas contratações e abertura de vagas de trabalho.

Por fim, a partir dessas reflexões suscitadas pela literatura e pela investigação empírica, cabe reiterar a importância de se construir políticas públicas no País voltadas à inserção e qualificação profissional dessas populações nos mercados de trabalho de forma menos precária e insegura, de forma a assegurar melhores rendimentos e condições de vida.

Mas, contudo, é importante destacar a importância de as políticas públicas de emprego serem aproximadas das condições de vida e de trabalho das populações pobres. A desestruturação do mercado de trabalho, aprofundado nesse último período (ainda mais no contexto da Pandemia da COVID-19) exige que a atuação do sistema público de emprego esteja mais articulada às exigências locais/regionais e às realidades vivenciadas pelos diferentes grupos de trabalhadores. Sua atuação deve estar menos atrelada ao setor formal da economia (dado a grande participação do mercado informal de trabalho), fazendo com que o seu eixo de atuação seja a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico dos municípios e regiões, de modo a melhorar as demandas por trabalho (e não necessariamente somente de empregos).

No que diz respeito diretamente à atuação do SINE, afinal a referência principal para a população pobre quando procura intermediações públicas no mercado de trabalho, essas transformações precisam contemplar ações que aumentem as probabilidades de os desempregados encontrarem uma ocupação, mas também a probabilidade de trabalhadores em condições vulneráveis no mercado de trabalho de melhorarem a produtividade e a remuneração resultante de seus trabalhos. É preciso que o SINE seja capaz de levantar e sistematizar dados sobre os mercados locais e regionais de trabalho, que seja capaz de planejar ações de qualificação dos trabalhadores a partir desses diagnósticos, que se coloque como um espaço de articulação política de trabalhadores, de empresários, do poder público, das comunidades/bairros, com o objetivo de ampliar a capacidade de criação de trabalho, de melhorar as formas de inserção e de permanência

dos trabalhadores nos mercados de trabalho, de criar possibilidades e alternativas de trabalho e de renda que sejam capazes de alcançar as experiências concretas de trabalho e de vida das populações pobres.

Referências

AUTORES. Redes sociais e inserção da população pobre no mercado de trabalho: uma análise a partir de uma cidade média do Rio Grande do Sul. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional – FACCAT**, Taquara, v. 18, n. 2, abr./jun. 2021.

BALTAR, Paulo. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão, 2036. Brasília: IPEA, 2015.

CARDOSO JR. José Celso et. al. **Política de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo**. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, 1237).

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

GALVÃO, Andrea et. al. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Cadernos CRH**, v. 32, n. 86, Salvador, mai./jun. 2019. In: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>. Acesso em: 10 out. 2021.

GUIMARÃES, Nadya A.; CONSONI, Flávia L.; BESSA, Vagner. O negócio da intermediação do emprego: entre a flexibilidade rudimentar e a cooperação virtuosa. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, XXXI Encontro Anual, 22-26 de outubro de 2007.

GUIMARÃES, Nadya et. al. Os pobres e o acesso ao trabalho: entre a ação pública e o interesse privado. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 02, p. 83-105, jul. 2017.

LIMA, Felipe Coelho et, al. A intermediação de força de trabalho no SINE em tempos de reestruturação produtiva: uma revisão sistemática de literatura. **Anais...** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 25 a 28 de agosto de 2015.

LOBO, Vinícius; ANZE, Viviani. **A importância estratégica da política pública de intermediação de mão de obra**. Brasília: IPEA, 2014. (Cadernos Mercado de Trabalho, 57).

MARTINS, Rodrigo. O emprego formal desaparece, a pobreza e a desigualdade avançam. **Carta Capital**. 17/01/2018. Disponível em: <https://www.smetal.org.br/imprensa/o-emprego-formal-desaparece-a-pobreza-e-a-desigualdade-avancam/20180117-100123-w908>. Acesso em: 09 out. 2021.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

Sobre os autores:

Cláudia Tirelli

Mestra e Doutora em Sociologia, com Pós-doutoramento na Universidad Complutense de Madrid/Espanha. Professora e pesquisadora na UNISC (Universidade de Santa Cruz do

Sul), no Departamento de Ciências, Humanidades e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: ctirelli@unisc.br

Marco André Cadoná

Mestre em Sociologia e Doutor em Sociologia Política. Professor e pesquisador na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), no Departamento de Ciências, Humanidades e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: mcadona@unisc.br

Silvia Virgínia Coutinho Areosa

Mestra em Psicologia Social e da Personalidade e Doutora em Serviço Social, com Pós-doutoramento em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul. É professora na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), no curso de Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e no Mestrado Profissional em Psicologia. E-mail: sareosa@unisc.br